

## “LUGARES VAZIOS” NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO

Augusto César Rios Leiro  
Fábio Santana Nunes

### RESUMO

O presente texto é fruto de pesquisa acadêmica realizada na ambiência do ensino médio. Questionam-se os motivos que levam as escolas a dispensarem os alunos das aulas de Educação Física. Após reconhecer os dispensados, identificar as causas das dispensas e analisar as conseqüências de tais dispensas no cotidiano escolar foi possível tomar o desconhecimento da legislação em vigor e a concepção docente conservadora, como as principais razões do esvaziamento das aulas. Tratou-se de uma investigação qualitativa, interessada em afirmar o relevo pedagógico da Educação Física como componente curricular que deve ser oportunizado a todos.

Palavras-Chave: Educação Física. Dispensa. Ensino Médio.

### RESUMEN

El presente texto es fruto de una pesquisa académica, realizada en el ámbito de la "Enseñanza Secundaria". Se cuestionan los motivos que llevan a las escuelas a dispensar alumnos de las clases de Educación Física. Después de reconocer, identificar causas y analizar las consecuencias de tales dispensas en el cotidiano escolar, fué posible tomar el desconocimiento de las leyes vigentes y el concepto conservador docente, como los principales motivos del vaciamiento de las clases. Se trato de una investigación cualitativa, interesada en afirmar la importancia pedagógica de la Educación Física como componente curricular que debe ser propiciado a todos.

Palabras Claves: Educación Física. Dispensa. Enseñanza Secundaria.

### ABSTRACT

This text is fruit of academic research realized in the High school environment. The problematic is the reasons that take the schools to dismiss the pupils of the lessons of Physical Education. The ignorance about legislation and conservative teachers are reasons for emptying of classes. That was discovered after recognizing the dismissed, identify the causes of exemptions and analyze the consequences of such Dismissal in the daily school. This was a qualitative research, that had an interest in asserting the importance of teaching Physical Education as a curriculum to be offered to everyone.

Key words: Physical Education. Dismissal. High School.

## INTRODUÇÃO

Desde o início dos anos 1980, muitos pesquisadores vêm debatendo o lugar da Educação Física na escola. Nesse processo, diferentes abordagens foram elaboradas e são objetos de acirrados debates nessa área de conhecimento. Cada uma dessas abordagens possui justificativas, procedimentos e referenciais teóricos sobre a Educação Física e papel qualificado na vida escolar. O fato é que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB assegura a presença da Educação Física como componente curricular obrigatório na Educação Básica. As garantias legais estão inscritas, mas a legitimidade é um processo tenso e contínuo que envolve sujeitos e instituições.

Assim, o que vem ocorrendo em muitas escolas, tanto particulares quanto públicas, é a gradativa retirada da Educação Física do currículo escolar, algumas vezes de forma explícita, outras de forma velada, subtraindo o direito dos estudantes às distintas práticas corporais.

A problemática central do estudo buscou compreender: Por que as escolas vêm dispensando os alunos das aulas de Educação Física? Qual a implicação pedagógica desse processo no cotidiano escolar? Para responder tais questões, tomou-se as escolas do ensino médio como lócus de pesquisa.

## CAMINHOS METODOLÓGICOS

O presente texto resulta de uma pesquisa acadêmica que se caracterizou por um caminhar teórico e metodológico de natureza qualitativa e de perspectiva descritiva. Tal tipo de investigação “[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno” (GIL, 2006, p. 44) e busca levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população.

A investigação em foco moveu-se pela necessidade de aprofundar o debate da educação brasileira e em particular as reflexões em torno da Educação Física escolar. Para tanto, optou-se por um Estudo de Caso que, ainda segundo (GIL, 2006, p.72), “[...] é caracterizado pelo estudo aprofundado e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”.

A pesquisa de campo foi realizada em escolas da cidade de Feira de Santana<sup>1</sup>, no Estado da Bahia, que ofereciam regularmente o ensino médio. Inicialmente foi realizado um levantamento documental a partir do Censo Escolar 2006 – Secretaria de Educação do Estado da Bahia, que identificou 67 escolas com o perfil da pesquisa no referido município. Surgiu então um campo amostral consoante com os argumentos de (GIL, 2006, p. 99):

[...] as pesquisas sociais abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade. Por essa razão, nas pesquisas sociais é muito freqüente trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo.

---

<sup>1</sup> Feira de Santana possuía uma população estimada em 2006 de 535.820 pessoas, o município possui uma área territorial de 1.363 km<sup>2</sup>, segundo fontes do IGBE (2007)

Trata-se de uma amostra não-probabilística que se enquadra nas seguintes características: coordenação específica da disciplina Educação Física com formação na área e coordenação geral com formação em Pedagogia. As escolas escolhidas atenderam, assim, a um critério amostral representativo e de diferentes modelos de gestão da Educação Física existente no município.

O primeiro procedimento consistiu no levantamento bibliográfico e documental acerca da Educação Física no ensino médio e seu entrecruzamento com a dispensa nas aulas de Educação Física; o segundo foi a construção e aplicação de um questionário com alunos de 3º ano e o terceiro, a realização de entrevistas com coordenadores.

O método de análise adotado nessa pesquisa foi a proposição defendida por Minayo (2004, p. 231), o hermenêutico-dialético, “ele coloca a fala, em seu contexto, para entendê-la a partir do seu interior e no campo da especificidade histórica e totalizante em que é produzida.” Para a autora, alguns passos são fundamentais para operacionalizar a interpretação das informações colhidas em campo: a ordenação e classificação dos dados e, conseqüente, análise final.

## DISPENSA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: O QUE DIZ A LITERATURA

Para reconhecer os estudos que se ocupam da reflexão acerca da dispensa da Educação Física escolar buscamos os escritos em periódicos e anais de congressos que tematizaram essa questão.

Em um estudo de caso, realizado por Zonta; Betti; Liz (2000), numa escola no interior de São Paulo, abordando essa temática, tendo como problemática da pesquisa o porquê dos alunos solicitarem dispensa das aulas de Educação Física - não eram foco da pesquisa as justificativas legais - foram entrevistadas 7 (sete) alunas do 1º e 2º ano do ensino médio.

Os autores introduzem o texto afirmando que “A dispensa de alunos das aulas de Educação Física é um fenômeno preocupante no Brasil. Em geral a discussão desse problema parte de, ou leva a, questões legais, e pouca importância se atribui à perspectiva dos próprios alunos” (ZONTA et al, 2000, p.245). Os resultados encontrados na pesquisa indicam que os principais motivos alegados pelas alunas são: a falta de tempo gerada pela “priorização de outras atividades, inclusive atividades físicas (‘faço capoeira... faço piano, canto no coral daqui’)” (p.245); e o descontentamento com o conteúdo propriamente dito, em especial o esporte, e com as estratégias de ensino desses conhecimentos. Zonta et al (2000) afirmam, no entanto, que a maioria dos jovens pratica atividades físicas fora da escola. Segundo os autores a diversificação e o aprofundamento dos conteúdos; a opcionalidade de conteúdos; e a alocação das aulas no mesmo período das demais disciplinas, são ações que possivelmente “conquistariam o retorno” desses jovens às aulas de Educação Física.

Um outro estudo realizado por Darido et al (1999) analisou os aspectos relativos ao ensino da Educação Física no ensino médio. Neste estudo, os autores trabalharam com a análise de três variáveis, são elas: o horário da disciplina dentro do currículo da escola, as dificuldades enfrentadas pelos professores e os pedidos de dispensas das aulas.

A autora ao discutir “A dispensa das aulas de Educação Física”, recorre a estudos anteriores referentes a essa temática e analisa o resultado da sua pesquisa, para

citar o trabalho conduzido por Galvão (1993)<sup>2</sup> “Educação Física escolar. Razões das dispensas e visão dos alunos por ela contemplados”. No estudo referenciado, o autor analisou a opinião apenas dos alunos do ensino fundamental que haviam solicitado dispensa referente a trabalho ou a saúde, sendo investigadas três escolas no ano de 1992, num total de 935 alunos, 140 solicitaram dispensa, perfazendo um total de 17%. Para a maioria dos alunos entrevistados (78%), a Educação Física não cumpre o seu papel porque transmite pouco ou nenhum conhecimento, o que segundo os autores estimulavam os alunos a requisitarem dispensa. A repetição das aulas e a falta de continuidade levaram 42% dos alunos a se afastarem e 50% dos alunos reclamarem dos professores por privilegiarem os alunos mais habilidosos.

Em um trabalho que trata especificamente de alunos do ensino médio desenvolvido por Gambini (1995)<sup>3</sup>, citado por Darido et al (1999), discutem-se os “motivos da desistência em aulas de Educação Física no segundo grau”, e levanta junto aos alunos(as) a opinião dos dispensados sobre a Educação Física na escola. Os resultados são alarmantes, pois “a maioria dos alunos não participam das aulas e pedem dispensa por diversos motivos” (p. 143). São eles: trabalho; falta de material, desinteresse docente e a minoria afirma “se afastar das aulas por problemas de saúde” (Idem, 1999, p. 143). E a autora segue apresentando os dados colhidos, em que, entre estes alunos dispensados 37,5% realizam atividade física em clubes ou academias. Um outro resultado desta pesquisa chama atenção, 93% dos alunos dispensados afirmaram que retornariam as aulas caso elas fossem realizadas no mesmo período das demais disciplinas”.

Darido et al (1999), por fim, citam o trabalho de Santos (1996)<sup>4</sup>, com o título “Educação Física: o paradoxo da sua negação”, em que procurou-se conhecer os motivos pelas quais alguns alunos do curso de graduação em Educação Física, paradoxalmente, pediram dispensa das aulas de Educação Física durante o ensino médio. Os resultados mostraram que estes alunos requisitavam dispensa por diferentes razões: a) participavam de equipes de treinamento, b) não gostavam da aula e do professor, c) pela distância da escola e outros. São dados alarmantes que mostram a ineficiência do ensino formal em manter a motivação dos alunos. Os alunos ainda afirmam que as aulas deveriam ser diferentes e “necessitam de variações (música, outros esportes, etc.)” (Idem, 1999, p. 144).

Em uma pesquisa mais recente, realizada por Moraes; Araújo (2005), em 14 escolas da rede particular de ensino fundamental da cidade de São Luís-Maranhão, foram encontrados os seguintes indicativos em relação às dispensas dos alunos. Segundo as autoras, 21,42% dos diretores afirmaram não liberar seus alunos das aulas de Educação Física, sendo a frequência obrigatória e a grande maioria, 78,57%, dispensam das aulas de Educação Física os alunos que praticam modalidades esportivas pagas dentro da própria escola, ou em clubes, academias e empresas conveniadas com as escolas.

---

<sup>2</sup> GALVÃO, Z. **Educação física escolar: razões das dispensas e visão dos alunos por ela contemplados**. Campinas: UNICAMP. Monografia de Especialização, Faculdade de Educação Física, 1993.

<sup>3</sup> GAMBINI, W. J. J. **Motivos da desistência em aulas de educação física no segundo grau**. Rio Claro: UNESP. Monografia de Graduação, Instituto de Biociências, Departamento de Educação Física, 1995.

<sup>4</sup> SANTOS, S. B. R. **Educação física: o paradoxo da sua negação**. Rio Claro: UNESP. Monografia de Graduação, Instituto de Biociências, Departamento de Educação Física, 1996.

As referidas autoras, para refletir os dados levantados, indagam se os múltiplos conhecimentos dessa disciplina podem ser acolhidos “se somente alguns alunos participam das aulas e têm a oportunidade de vivenciar conteúdos, como: dança, jogos, esporte, ginástica, lutas, enquanto a maioria pratica uma modalidade esportiva paga ao invés de vivenciá-las nas aulas de Educação Física?” (MORAES; ARAÚJO, 2005, p. 2191).

Em mais um estudo realizado por Darido (2004) nesse campo, que teve como objetivo entender as origens e as razões pelas quais os alunos se afastam da prática da atividade física regular analisando o universo da Educação Física na escola, mostrou que em torno de 20% dos alunos do 1º ano do ensino médio são dispensados. Nas considerações finais, a autora reflete: “Este é um fato que precisa ser mais discutido pela categoria de professores, no sentido de esclarecer aos membros da comunidade escolar, sobre os aspectos que dizem respeito à ilegalidade das solicitações de dispensas e, sobretudo sua ilegitimidade” (DARIDO, 2004, p.76-77).

A partir de um artigo, que teve sua origem em um Parecer Consultivo encaminhado ao Conselho Estadual de Educação de Goiás, Rodrigues e outros (1999, p. 132), argumentam em um dos tópicos denominado “NOSSO POSICIONAMENTO”:

Cabe-nos reafirmar que o procedimento de substituir esta prática por outra seria, no mínimo, um absurdo metodológico, uma atitude aética e um tremendo equívoco por parte dos professores de educação física, dos diretores e es pedagógicos.[...] tais iniciativas são procedimentos impróprios e ambíguos, uma vez que a escola não é a família e nem pode substituí-la, não é a Igreja e nem pode substituí-la, não é o clube esportivo e nem pode substituí-lo e nem é a academia de ginástica, não podendo, do mesmo modo, também substituí-la.

Os autores afirmam ainda que, ao substituir os conteúdos e procedimentos da Educação Física escolar por outras atividades, a tendência “é perder a centralidade da formação educativa e prestigiar conteúdos restritos, exclusivistas e particulares”(RODRIGUES et al, 1999, p. 132), expondo os alunos às experiências, que os autores chamam, entre aspas, “educativas” e que segundo eles mesmos apontariam para “[...] rumos totalmente contrários ao que preconizam a educação, a escola e a própria educação física.” (Idem). Os autores listam os vários espaços onde os alunos poderiam ter essas experiências: academias, clubes, instituições recreativas e/ou instituições de natureza privada.

## A EDUCAÇÃO FÍSICA NO DIZER DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS

A presente análise buscou compreender a totalidade das informações levantadas junto ao campo empírico da pesquisa sem perder de vista os objetivos postos para esse trabalho. Entretanto, cabe a este estudo, antes de investir diretamente na compreensão da dispensa das aulas de Educação Física, contextualizar as bases onde se sustentam a concepção de Educação Física, suas finalidades/papel e o que a legitima no contexto escolar pesquisado, para assim entender as significações por eles produzidas sobre a realidade desta mesma dispensa.

Ao entrevistar os coordenadores pedagógicos das escolas envolvidas na investigação, foi possível captar nas falas distintos olhares acerca da Educação Física, do seu conhecimento e da finalidade que a legitima na escola. Ao serem interrogados sobre o que pensam e o papel destinado à Educação Física, na escola, os coordenadores apresentaram formas de significar a Educação Física que expressam as diversas concepções historicamente constituídas sobre essa área de conhecimento. São dizeres contraditórios, fragmentados e curiosos. No conjunto leva-se em conta a compreensão da Educação Física como área do conhecimento que se ocupa da aptidão física e do lazer reduzido a uma atividade prática mais leve:

“A Educação Física não pode dar uma atividade física porque ele vai deixar o aluno quebrado, deixar o corpo dolorido, então ele tem que fazer um lazer”;

“[...] a gente só imagina a Educação Física como sendo as atividades práticas, depois quando você vem tendo contato com alguns professores de Educação Física com outras pessoas a gente vai vendo que a Educação física ultrapassa essa questão prática [...]”;

“[...] aqui no ensino médio a Educação Física funciona mesmo como uma oportunidade de lazer, como muitos não têm tempo de fazer uma academia uma coisa assim eles tem essa oportunidade de na aula de Educação Física de extravasar”.

Como, também, o seu reconhecimento como dimensão teórico-prático importante no currículo escolar:

“[...] é feito um trabalho teórico, de estudo mesmo, não apenas de atividade física, mas a própria anatomia do ser humano, como também, é feita à atividade prática.”;

“[...] o esporte na escola poderia oferecer para se criar um aluno mais crítico, um aluno que possa entender a história do outro, o porquê daquela atividade, o porquê daquele esporte naquela escola, o porque da Educação”;

“[...] tem uma importância muito grande, porque todos os alunos que fazem parte do esporte, que participam de jogos eles criam uma afinidade maior com o próprio colégio, com os próprios colegas, com os próprios professores”.

O desafio é, portanto, entender essa disciplina como componente curricular que deve ser oportunizado a todos, independente do segmento social, e assegurado como direito tácito, o acesso, a cultura corporal de movimento.

### TER OU NÃO TER DISPENSA, EIS A QUESTÃO!

As informações buscam apresentar os dados extraídos do campo da pesquisa que nos levaram a reconhecer como a problemática da pesquisa encontra-se nas escolas estudadas. Esses dados foram levantados junto aos alunos do terceiro ano dessas respectivas escolas quando submetidos a um questionário. Um total de 269 questionários foram aplicados sendo 74 com estudantes das escolas públicas e 195 com estudantes das escolas particulares. Não foram encontrados casos de dispensa dos

alunos nas escolas públicas, por conta disso os dados não foram trabalhados de forma estatística.

Dos estudantes das escolas particulares que participaram da pesquisa respondendo o questionário, 43% do sexo masculino e 57% do sexo feminino. Cabe registrar que 9,6% das alunas e 8,9% dos alunos são dispensados formalmente das aulas de Educação Física no 3º ano das escolas particulares investigadas.

Os motivos colocados pelos alunos para a dispensa das aulas eram de várias ordens: desde estarem praticando atividades esportivas, lutas, entre outras atividades físicas, até motivos que nada dizem respeito a essas práticas.

As atividades físicas encontradas foram: tênis, karatê, kung-fu, entre outras artes marciais, natação, aeróbica, musculação. Muitos colocaram apenas a palavra “academia”.

Os outros motivos encontrados foram: morar em outra cidade, problemas de saúde/doença, trabalhar no momento da aula, falta de interesse, estudar para o vestibular, não ter Educação Física no 3º ano e participação em curso pré-vestibular no horário da aula.

Quando perguntado, aos estudantes, se existia dispensa em Educação Física, na escola, encontramos falas no sentido de dispensar por recomendação médica. No que se refere à problemática central dessa pesquisa, as dispensas das aulas pelo fato dos alunos estarem fazendo alguma atividade física em academias, clubes, e outros. Os seguintes resultados foram encontrados: quase todas as escolas dispensam os alunos.

Alguns coordenadores acabam carimbando a dispensa quando afirmam que:

“[...] a escola aceita que o aluno faça uma atividade física em alguma instituição, em alguma academia, em alguma instituição específica de atividade física e que ele leve um atestado”;

“Ainda é aceito, agora a gente conseguiu através da própria conscientização dos pais, em 2004 nós recebemos em torno de 78, 79 atestados em 2006 nós tivemos no máximo 32, 33 atestados”.

Apenas uma única escola não aceita dispensa por prática de alguma atividade física extra-escolar como substituição às aulas de Educação Física.

“Não. No nosso colégio não! A gente respeita muito o regimento do colégio. Então nós não dispensamos para academia, a não ser um atestado médico, aí sim a gente libera, fora isso não! Além disso, ele faz no mesmo turno. Porque liberar ele da Educação Física? Vamos supor, ele está numa academia. Não implica em nada! Não está fazendo no mesmo turno dele, a gente não vai dispensar. A não ser o atestado médico. 1º e 2º ano também”.

O instrumento que permite e endossa a dispensa é o atestado. Porém outras falas apontam resistências tanto da coordenação pedagógica em aceitar os atestados, como por parte dos alunos.

A coordenação de uma escola pesquisada percebeu que não deveria dispensar os alunos por não ter controle sobre o que é ensinado de conteúdos fora da escola, muito menos do aprendizado dos educandos.

“[...]o nosso colégio no início liberávamos para academias e clubes. Daí aconteceu um campeonato aqui em Feira de Santana que tinha natação, quando eu fui buscar aqueles alunos que faziam natação naqueles clubes, ninguém sabia nadar! Imagine a situação que eu fiquei! Quando fomos perguntar a esses alunos o porquê, disseram que pagavam e não iam lá, então a partir daí foi que o (colégio) começou a não liberar porque a gente sentiu que não tinha finalidade pra isso”.

Também existe resistência dos próprios alunos que mesmo dando o atestado, continuam a participar das aulas. Foram encontrados diferentes motivos que levam os coordenadores pedagógicos a dispensarem os alunos das aulas de Educação Física.

## ATIVIDADE OU COMPONENTE CURRICULAR: A EDUCAÇÃO FÍSICA FRENTE AO (DES)CONHECIMENTO LEGAL

Nas falas dos coordenadores encontram-se indícios do entendimento da Educação Física na escola ainda como Atividade Curricular. Somente em 1996 que a Educação Física ganhou no texto legal a expressão “Componente Curricular” e, conseqüentemente, o espaço-tempo educativo de área de conhecimento. Anterior a essa lei, a Educação Física era vista como atividade, um fazer meramente prático.

Parte dos coordenadores reconhecem que dispensam os alunos justificando com os termos “oportunidade”, “possibilidade”. Os discursos dos coordenadores se contradizem entre a oportunidade do aluno fazer uma atividade física ou fora ou dentro da escola, mas que faça. Ou aponte a possibilidade do aluno fazer mais vezes esportes fora da escola, visto que na escola é apenas uma vez por semana. Nesse contexto, critérios devem levar em consideração o ordenamento legal e o direito às práticas corporais dos alunos na escola. Nessa perspectiva, trazemos a afirmação de Soares (1996, p. 11) quando diz:

O aluno “escolhe” Vôlei e passa sete anos na escola “jogando” Vôlei. Ou então o professor “escolhe” Handebol e o aluno passa anos “jogando” Handebol. Imaginemos o professor de Língua Portuguesa, por exemplo “escolher” “análise sintática” e trabalhar somente com análise sintática, ou o aluno “escolher” “redação”. Se estamos na escola, devemos dar um tratamento escolar ao conteúdo e, sobretudo dar lugar a abrangência que ele possa ter.

Dar a abrangência e tratamento escolar aos conteúdos nos remete a voltarmos para as questões da oportunidade e da possibilidade. Numa escola em que tanto faz o aluno fazer “Educação Física” dentro ou fora dela, essa oportunidade estará sendo restrita à vivência de poucas práticas corporais. Já a possibilidade de fazer o esporte, dança, luta, ginástica, etc, nas aulas de Educação Física não tira o direito de o aluno fazer outras vivências fora da escola, ou mesmo nela, sem abrir mão da experiência plural de movimento com sua turma.

O desconhecimento do ordenamento legal sobre a Educação Física ou sua má interpretação é outro motivo, que acreditamos ser importante destacar, nas falas dos coordenadores, que interfere no atual estágio das dispensas dos alunos nas aulas de Educação Física.

“[...] não existe nenhuma lei que realmente tornasse claro irregular dispensar então, a escola, para não criar atrito com o seu cliente, elas foram mantendo a dispensa [...] Eu acho que só se houvesse uma lei em que dissesse o aluno só seria dispensado por um problema médico. Aí se houvesse essa redação bem rigorosa a direção da escola teria um respaldo para exigir. Mais enquanto é uma coisa flexível, em relação à dispensa, em aceitar o atestado”.

Um conhecimento se faz presente na escola por dois grandes movimentos: a legalidade e a relevância social no contexto escolar. Se uma coordenação pedagógica não tem clareza das leis, ou mesmo as desconhece, as leis que regem a educação, no seu país, como poderá argumentar acerca de qualquer componente curricular dos alunos do ensino médio?

### CONSIDERAÇÕES “FINAIS”<sup>5</sup>

A legislação educacional não impede que o professor não seja do quadro docente formal da escola, porém é bem clara, quando fala da obrigatoriedade da Educação Física como componente curricular na educação básica. Sendo assim, essa equação nem sempre joga a favor da educação integral e de um projeto político pedagógico escolar articulado.

A possibilidade de dispensar os alunos e alunas das aulas de Educação Física com atestado de frequência de práticas corporais/esportiva desenvolvidas fora da ambiência escolar permanece no cotidiano da educação, subtraindo o direito da juventude ao conjunto das práticas corporais de movimento. Esse quadro em muitas escolas particulares é ainda mais grave no terceiro ano do ensino médio quando, de modo explícito e generalizado, dispensam das aulas sob a justificativa do vestibular. Nas escolas públicas por possuírem aulas no mesmo turno das demais disciplinas não dispensam os alunos por desenvolverem práticas corporais em academias, clubes e outros, mas se naturaliza a evasão dos formalmente matriculados.

Foram encontrados diversos motivos para a ocorrência das dispensas nas aulas de Educação Física. Dentre eles importa destacar: a preocupação dos alunos e da direção das escolas com o vestibular; a cultura instituída de se aceitar as dispensas dos alunos por fazerem alguma prática corporal/esportiva fora da escola; o desconhecimento da legislação em vigor por parte dos coordenadores pedagógicos (geral e específico); a concepção docente conservadora sobre o fazer pedagógico da Educação Física centrado numa perspectiva seletista e competitivista que a reduz a mera atividade. São as principais causas do mecanismo da dispensa das aulas de Educação Física escolar. É nesse contexto, que permanece viva a tensão, na Educação/Educação Física, quando os professores interessados em uma educação inclusiva, se recusam a transformarem suas aulas em “lugares vazios”.

É preciso que os Conselhos de Educação, os governos e a sociedade se posicionem sobre a questão das dispensas nas aulas de Educação Física e façam valer o que preconiza a legislação. Importa reafirmar o relevo político-pedagógico da Educação

---

<sup>5</sup> Dizemos “finais” aspeado, pois apenas começou o diálogo e as problematizações sobre esse assunto, muito há de ser escrito e debatido sobre o tema.

Física como direito substantivo dos estudantes de usufruírem as culturas corporais desenvolvidas pela humanidade ao longo dos tempos.

## REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria de Educação do Estado, 2007. Disponível em: <<http://www.sec.ba.gov.br/>>. Acessado em: 10/10/2006.

DARIDO, Suraya Cristina et al. Educação física no ensino médio: reflexões e ações. MOTRIZ - Volume 5, Número 2, Dezembro, 1999, p.138-145. <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/05n2/5n202Darido.pdf> . Acessado em 10 de novembro de 2006.

DARIDO, Suraya Cristiana. A Educação Física na escola e o processo de formação dos não praticantes de atividade física. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, São Paulo, v. 18, nº 01, p. 61-80, Jan./Mar. 2004.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8º Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MORAES, Andréa Soares; ARAÚJO, Silvana Martins de. Esporte escolar: conteúdo da educação física ou atividade terceirizada? Anais do XIV CONBRACE - Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, Porto Alegre, 2005.

RODRIGUES, Anegleyce Teodoro et al. Da impropriedade de substituir a Educação Física da escola por atividades físicas e/ou esportivas realizadas em academias, clubes, escolinhas. Pensar a Prática 3: 127-132, Jul./Jun. 1999-2000

SOARES, Carmen Lúcia. Educação física escolar: conhecimento e especificidade. Revista Paulista de Educação Física São Paulo, p.6-12, 1996.

ZONTA, Ana F. Z.; BETTI, Mauro; LIZ, Luciano C. Dispensa das aulas de educação física: os motivos de alunas do ensino médio. In: 8º Congresso de Educação Física e Ciências do Desporto dos Países de Língua Portuguesa. Livro de Resumos. Lisboa: Gráfica 2000.